



As peculiaridades do Coronelismo Eletrônico em Minas Gerais: análise do fenômeno a partir de quatro cidades mineiras¹

Gabriel NOVELLO²
Helena Santos MARQUES³
João Paulo Saconi MICHAEL⁴
Leonardo Botelho DÓRIA⁵

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Diante da atual configuração no sistema de radiodifusão brasileiro, este artigo trará enfoque em 4 cidades específicas do estado de Minas Gerais, sendo elas: Barbacena, Belo Horizonte, Buritis e Governador Valadares. Através da coleta e análise dos dados, serão revelados algumas empresas importantes nessa área mostrando de que forma elas influenciam e/ou se relacionam com o conceito do Coronelismo Eletrônico.

Palavras-chave: Coronelismo Eletrônico; Economia Política da Comunicação; Minas Gerais.

Introdução

Permeando toda a história do Brasil, Minas Gerais teve fundamental importância em momentos decisivos para a política nacional. Da mineração à política do café com leite, o estado esteve diversas vezes em primeiro plano no cenário do poder nacional. Famílias de grande poder aquisitivo e, conseqüentemente, de grande significância política tiveram facilidade para perpetuar suas estruturas de poder pelo estado e não é de estranhar que os meios de comunicação tenham sido instrumentos importantes neste processo, mesmo sendo concessões públicas.

A regulamentação para o setor colabora com tal panorama. A radiodifusão brasileira segue na contramão da conjuntura internacional de convergência midiática, pois a regulamentação nacional separa as velhas e novas tecnologias em marcos regulatórios distintos (SANTOS, 2007).

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Graduando em Comunicação Social/Habilitação Rádio e TV pela ECO-UFRJ. Bolsista PIBIC/CNPq do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (Peic/UFRJ), email: gabrielnovello@gmail.com.

³ Graduanda em Comunicação Social pela ECO-UFRJ. Bolsista PIBIC/CNPq do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (Peic/UFRJ), email: hsmhelena@gmail.com.

⁴ Graduando em Comunicação Social pela ECO-UFRJ. Bolsista PIBIC/CNPq do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (Peic/UFRJ), email: joosaconi@outlook.com.

⁵ Graduando em Comunicação Social pela ECO-UFRJ. Bolsista PIBIC/Ford do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (Peic/UFRJ), email: leobotelho95@gmail.com.



Esta realidade favorece a centralização de poder nas mãos de poucos grupos e facilitou a concentração da propriedade pelas elites. Assim, a conjuntura colaborou para que os grandes proprietários de terra, posteriormente empresários, acrescentassem a suas estruturas de poder a posse de uma concessão de radiodifusão. Utilizando-se delas para, de um lado, promover e cultivar sua própria imagem e, de outro, para manchar a imagem de seus inimigos. Esta é uma das características do sistema que denominamos como coronelismo eletrônico.

Fazendo parte da pesquisa “Coronelismo Eletrônico: Dinâmicas Assimétricas de Poder e Negociação”, esse artigo encontra-se no segmento da economia política de comunicação e das políticas de comunicação e busca analisar dados sobre os sócios e diretores de empresas radiodifusoras do estado de Minas Gerais (mais especificamente nas cidades de Barbacena, Buritis, Governador Valadares e Belo Horizonte) e relacioná-los com o coronelismo eletrônico. Para isso, foram utilizadas duas bases de dados: 1) SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, tabela disponibilizada no site do Ministério das Comunicações, atualizado em outubro de 2014; 2) SISCOM – Sistema de Informação de Serviços de Comunicação em Massa, consultado diretamente no portal da ANATEL.

A partir delas, foi concebida uma tabela com todos os sócios e diretores das empresas radiodifusoras. Cada um deles teve seu nome pesquisado em ferramentas de busca virtuais e em redes sociais. Procuramos compreender suas relações familiares, econômicas e políticas com grupos de lideranças locais, regionais e nacionais, dentro e fora do território mineiro.

Para apresentar os resultados e análises do conteúdo pesquisado, subdividimos este artigo em uma contextualização acerca do conceito de coronelismo eletrônico, seguida de uma janela histórica da radiodifusão no estado de Minas Gerais que finda em uma análise dos dados coletados do estado, suas relações políticas e como isso se reflete nos grandes meios de comunicação que atingem em massa a população mineira.

As noções de Coronelismo Eletrônico

O Brasil possui em sua constituição diversos fenômenos de conjuntura social, econômica, política, que auxiliam para a compreensão da sociedade atual. O coronelismo é um deles. O conceito retrata as contradições existentes na vida pública municipal. Victor Nunes Leal, foi o primeiro autor a sistematizar tal expressão, datando



o seu surgimento na Primeira República, o fenômeno para ele consistia em uma política baseada na troca de favores e clientelismo realizada entre o governo federal e os chefes locais.

A conjuntura de desenvolvimento da comunicação no país apresentou elementos paradoxais, quando comparados ao âmbito global. Uma dessas peculiaridades é a intrínseca presença de políticos no sistema de formação midiática nacional. Diante dessa realidade houve a retomada do termo “coronelismo” conceituado por Leal por alguns estudiosos. Sob uma nova perspectiva, denominou-se como “coronelismo eletrônico”, o sistema singular de formação dos meios de comunicação no país, no qual as concessões de radiodifusão se tornaram moedas de troca no jogo político partidário.

Segundo Suzy dos Santos (2007), o coronelismo eletrônico resumidamente pode ser entendido como uma estrutura de organização existente na atual conjuntura de comunicação nacional baseando-se na relação bilateral entre os poderes municipais e federativos que contribui para uma profunda rede de influências, clientelismo e uso indevido do poder público em âmbito privado.

Santos (2007) aponta Victor Nunes como referencial teórico para explicar a origem do coronelismo. A autora indica a existência de cinco heranças conceituais como fundamentais para a compreensão das singularidades das políticas de comunicação brasileiras. Através de um resgate histórico, argumenta que o melhor momento na história do país para a expansão desse novo poder foi justamente durante a Ditadura Militar. Sem tv a cabo, internet e oferta de grandes empresas internacionais para seduzir os ministros e presidentes, os proprietários de radiodifusão e chefes locais tiveram ali o clima perfeito para a expansão e consolidação dos seus poderes.

O início do fenômeno conhecido como coronelismo eletrônico ocorre com a nomeação de Antônio Carlos Magalhães para o cargo de Ministro das Comunicações. Se a terra no coronelismo servia ao coronel como instrumento de ampliação da sua influência, a radiodifusão no coronelismo eletrônico é ainda mais eficiente: serve para difundir a imagem protetora do coronel, para controlar as informações que chegam ao eleitorado e serve, por fim, para atacar os inimigos. Estas funções da radiodifusão justificam, para o coronel, a busca do controle da televisão aberta e o cuidado para deixar seus inimigos longe deles.

Diferentemente de outros países, no Brasil ainda não se consolidou a ideia dos meios de comunicação como prestadores de um serviço fundamental à cidadania, como



ocorre na Europa e nos Estados Unidos. Diante disso, nem os conteúdos, nem a oferta de serviço estão sujeitas a qualquer regra do controle público.

Observa-se, que no Brasil, a expansão das elites, dos grupos religiosos e do Estado na propriedade de veículos televisivos faz com que seja ainda mais difícil a conquista de espaço entre os grupos do empresariado nacional. Santos (2007) demonstra que a maior distribuição da propriedade de geradoras da tv aberta no Brasil em 2008 estava nas mãos de políticos que detinham 34%; empresários com 23%; seguidos por Fundações Privadas e universidades com 21%; e, por fim, as Igrejas com 16%.

Com isso, os entraves econômicos, sociais e políticos que estão presentes nos cotidianos locais não podem ser superados, sem antes a devida discussão dos elementos que compõem esse cenário. Sabe-se que por parte do empresariado brasileiro não existe interesse algum em investir na expansão dos meios de comunicação entre as regiões mais longínquas da nação, tanto que incentivos para a expansão da produção local/regional são amplamente rejeitadas por eles.

A grande diferença entre o coronelismo abordado por Leal e o explicitado por Santos fica a cargo do momento histórico. Se no coronelismo definido por Leal o pano de fundo era uma sociedade pré-industrial. No coronelismo eletrônico é no cenário informacional que ele encontra seu desenvolvimento. Em uma nação na qual o acesso a informação ainda é um entrave ao desenvolvimento, esse modelo assimétrico de poder encontra solo fértil para fincar suas raízes.

História da radiodifusão mineira

O surgimento do rádio no Brasil é datado do ano de 1922, através da empresa americana Westinghouse Electric International, que via no país um mercado em potencial. A primeira transmissão ocorreu durante os festejos do 7 de setembro, mas após as comemorações a rádio saiu do ar e só retornou em abril de 1923 com o surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sob o comando de Roquette Pinto, que deu o pontapé inicial para que outras rádios começassem a surgir.

Em Minas Gerais, a primeira emissora surgiu em 1926 com a Rádio Sociedade de Juíz de Fora, sendo uma das pioneiras no país, surgindo antes mesmo de grandes emissoras conhecidas atualmente. A primeira rádio da capital foi criada no ano seguinte, em fevereiro de 1927, com a Rádio Mineira, fundada por Lindolpho Espeschit por meio de influências do político Antônio Carlos tendo inicialmente, portanto, um cunho



político muito acentuado. Outras emissoras vieram a surgir, tais como: a Rádio Sociedade do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba; a Rádio Guarani e a Rádio Inconfidência que, juntamente com a Rádio Mineira, foram as três únicas emissoras da capital por 16 anos.

A história da Rádio Inconfidência se confunde com a própria história do rádio em Minas Gerais. Emissora das mais tradicionais do Estado, fundada em 03 de setembro de 1936, a rádio já nasceu pública e com a vocação de unir a Capital ao interior. O governador Benedito Valadares dotou a nova emissora com o melhor equipamento técnico, importando de Londres todo o moderno material. No início, a Rádio Inconfidência era uma emissora de elite e faziam parte de sua programação atrações como Ópera da Semana, Discoteca da Boa Música e Concertos. A rádio funcionava num dos lugares mais elegantes de Belo Horizonte, a Feira Permanente de Amostras, local onde é hoje a Rodoviária da Capital. (PRATA, 2003, p. 2)

Foi somente em 1952 que uma nova emissora veio a surgir: a Rádio Itatiaia. Fundada por Januário Carneiro, a rádio trouxe uma programação mais moderna, conseguindo que a pequena emissora possuía atualmente um dos maiores faturamentos da mídia nacional (PRATA, 2003). Muitas outras rádios começaram a surgir depois: Rádio Jornal de Minas, Rádio Minas, Rádio Pampulha, Rádio Tiradentes, Rádio Atalaia, entre outras não muito conhecidas. Minas Gerais, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a deter grande parte do setor radiofônico brasileiro.

Ainda no início da década de 50, entrava no ar, em São Paulo, a primeira emissora de televisão brasileira: PRF-3 TV Difusora ou Tupi, pelo comando de Assis Chateaubriand. Poucos meses depois, em 1951, a TV Tupi também era inaugurada no Rio de Janeiro, trazendo um modelo de TV ainda não muito elaborado e com recursos limitados. A expansão do ramo televisivo no país foi tão grande que já na década de 60 existiam cerca de 34 estações de TV e aproximadamente dois milhões de aparelhos receptores (BUCCI apud LINS et al, 2011, p. 1).

Da mesma forma como ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro, o empresário paraibano Assis Chateaubriand também fora o responsável por criar uma emissora de televisão no estado de Minas Gerais. Em novembro de 1955, surgia a TV Itacolomi, com sede em Belo Horizonte, sendo a primeira a realizar um teste de transmissão de TV na capital mineira. É preciso salientar que antes da implantação da emissora, os Diários e Emissoras Associados – grupo fundado por Chateaubriand – já possuía diversos veículos de comunicação em Minas Gerais como a Rádio Guarani, Rádio Mineira e também os jornais Estado de Minas e Diário da Tarde.



A estrutura montada para a instalação da emissora na cidade, diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro e São Paulo, não contou com a ajuda dos técnicos norte-americanos, por isso tinha-se um pequeno temor de que algo fosse dar errado. Felizmente, a primeira transmissão foi um sucesso e a emissora chegou a ser considerada a mais moderna da América Latina.

Como nas demais, a Igreja representada através do bispo, deu a sua bênção para a emissora logo nos primeiros momentos da transmissão. Falaram o Presidente da República Juscelino Kubitschek, o diretor das Associadas (então Senador da República), a madrinha da emissora, Ana Amélia Faria, o banqueiro Cristiano Guimarães, dono do banco da Lavoura, que financiou a montagem da emissora, o governador Clóvis Salgado, o engenheiro Víctor Purri Neto e o diretor das Associadas em Minas, Newton de Paiva Ferreira. (LINS et al, 2011, p. 6)

Apesar do crescente sucesso no estado mineiro, os sócios da emissora tinham medo que ocorresse a mesma situação que se passava no Rio de Janeiro e São Paulo, na qual a TV Tupi vinha perdendo a audiência para a TV Rio e Record. A fim de evitar que isso acontecesse, inovou-se na programação, para atrair a população mineira. Todavia, dentre as inovações, estava a novidade de fazer uma espécie de parceria com as produções vindas do Rio e São Paulo, o que acarretou na retirada de diversos programas locais com um considerável índice de audiência.

Ainda no início de 1962 foi criada a TV Alterosa, cujos fundadores eram jornalistas mineiros, mas que devido à falta de recursos, repassou a administração para a TV Itacolomi em 1964, sendo incluída, portanto, no grupo dos Diários Associados. Dessa forma, impedia-se que houvesse uma outra concorrente mineira no ramo televisivo, mesmo com Alterosa não tendo bons índices de audiência. A situação prosseguiu assim até meados da década de 60, quando surgiu a TV Belo Horizonte, uma sub-estação da TV Rio que transmitia diretamente a programação do Rio de Janeiro. A partir de então, a TV Itacolomi – que também exibia conteúdos cariocas – passou a ter um concorrente direto na liderança pela audiência.

A chegada da Globo, em 1965, foi decisiva para a derrocada da TV Itacolomi, tendo em vista que com a compra da TV Belo Horizonte em 1968 a programação da emissora passou por grandes inovações, fazendo com que conseguisse assumir a liderança de audiência. O mineiro, por sua vez, passou a ter cada vez menos influência no setor televisivo, devido ao grande domínio que as empresas cariocas e paulistas exerceram no estado. A TV Itacolomi foi encerrada em 1980, quando o governo



brasileiro cassou as concessões das emissoras da Rede Tupi, todavia, a TV Alterosa continuou em funcionamento, passando a ser uma retransmissora do SBT, estando em funcionamento até os dias atuais.

Análise de Dados

Como parte das atividades realizadas pelo grupo de pesquisa “Coronelismo Eletrônico: Dinâmicas Assimétricas de Poder e Negociação”, encontra-se a coleta e análise de dados dos principais sócios e diretores – bem como suas respectivas concessões – da radiodifusão aberta do Brasil. Segundo Santos e Stevanim, o estado que nos dedicamos neste artigo é o mais complexo para a análise, uma vez que “tem maior número de deputados federais radiodifusores (11), o maior número de políticos radiodifusores (38, segundo o banco de dados Donos da Mídia, 2011), o maior número de licenças de retransmissão de televisão outorgadas a prefeituras (800)” (2012, p.4). O estado é um exemplo claro que contrasta com a comum, porém distorcida imagem que reduz o coronelismo a uma característica exclusiva de regiões menos abastardas.

Santos e Stevanim (2012) destacam uma característica do estado que se revela também em nossa análise: trata-se de uma localidade na qual a tradição patrimonialista das famílias governamentais melhor fortalece a sua continuidade. Os autores se dedicam a observar o fenômeno através do levantamento dos deputados federais mineiros com outorgas. Dos 53 parlamentares eleitos em 2006, 10 se relacionavam diretamente com a propriedade de rádio e televisão. Os dados apontam para um aspecto importante que caracteriza a localidade: “a centralidade do veículo como formador de opinião em cidades pequenas e médias, nenhum dos municípios com outorgas relacionadas a deputados federais possui mais de 400 mil habitantes” .

Na elaboração deste artigo, focamos em 4 cidades, sendo: a capital; uma cidade com aproximadamente 200 mil habitantes; uma outra com aproximadamente 50 mil habitantes e uma que tenha menos que 50 mil habitantes. Diante disso, as cidades selecionadas foram Belo Horizonte (capital do estado), Governador Valadares (cerca de 200 mil habitantes), Barbacena (acima de 50 mil habitantes) e Buritis (menos que 50 mil habitantes).

A quantidade total de outorgas de rádio e televisão nos municípios citados estão descritas na tabela a seguir, obtida através do SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Societário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações:



| Outorgas por município | | | | | |
|-------------------------------|----------------|----------------------|-----------|---------------|-------|
| | Belo Horizonte | Governador Valadares | Barbacena | Buritizópolis | total |
| TVD | 10 | 1 | 2 | 1 | 14 |
| TV | 8 | 3 | 1 | 0 | 12 |
| RTV | 7 | 10 | 6 | 3 | 26 |
| OM | 7 | 3 | 2 | 1 | 13 |
| OC | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| OT | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| FM | 14 | 4 | 2 | 1 | 21 |
| total | 50 | 22 | 13 | 6 | 91 |
| % | 54,94% | 24,18% | 14,29% | 6,59% | 100% |

Elaboração própria.

Após obter os dados quantitativos, passamos para a etapa seguinte, que se caracteriza pela procura dos nomes de sócios, diretores e empresas que estão envolvidas com a radiodifusão das cidades citadas. Pretende-se, dessa forma, encontrar informações que revelem a relação destes com a política, bem como quais são os principais grupos que detém o domínio dos mais diversos veículos de comunicação nessas cidades.

São eles:

1.) RÁDIO GUARANI (DIÁRIOS E EMISSORAS ASSOCIADOS)

O Diários Associados ainda detém em Minas Gerais dois jornais (Estado de Minas e Aqui), uma emissora de televisão (TV Alterosa), três portais na internet (Vrum, Uai e Lugar Certo), duas revistas (Encontro e Clube A), além das empresas Alterosa Cinevídeo, Teatro Alterosa e EMLog.

A Rádio Guarani AM foi uma das primeiras emissoras de rádio do estado de Minas Gerais, sendo fundada por Lauro Souza Barros em 1936. Em 1942 passou a integrar os Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, que vinha aumentando o seu controle nas terras mineiras. Com o surgimento das rádios FM, a Guarani não conseguiu se adequar à nova concorrência, além dos inúmeros problemas técnicos, passando a ser, portanto, uma retransmissora da Guarani FM, que foi criada em 1980. A audiência da emissora AM passou a decair muito, em contrapartida, a emissora FM obteve um grande êxito entre os mineiros. A Guarani FM foi fechada recentemente, em abril de 2015, após negociações, a emissora cedeu espaço para a Feliz



FM, uma rede de emissoras gospel que abrange diversas cidades do Brasil e também Portugal.

2.) GRUPO BEL

Criado por Marco Aurélio Jarjour Carneiro em junho de 1969, estando em atuação até os dias atuais, sendo administrada pela família Carneiro. Marco Aurélio ingressou no ramo das telecomunicações, criando inicialmente uma rádio AM intitulada Jornal de Minas. O Grupo Bel, entretanto, só veio a surgir mais tarde, quando criou a Rádio Del Rey FM, pioneira na transmissão FM estéreo em toda a América Latina. Desde então expandiu os seus negócios, adquirindo novas rádios e, com a chegada da televisão, conseguiu também concessões de TV. Recentemente comprou da Rede Record o jornal Hoje Em Dia, um dos mais tradicionais de Minas Gerais e tem planos de criar um canal televisivo. O grupo possui três empresas de eventos (TF.7, naSala e NS Eventos), emissoras e retransmissoras de TV (TV Abril e RecMinas), emissoras de rádio (98 FM, 102.9 FM, Estrada Real FM, Rádio Content Box, Bradesco Esportes FM e Rádio Accenture), jornal (Hoje Em Dia) e conteúdos de tecnologia digital (iZap, Bel Music e Soundview).

3.) REDE INTEGRAÇÃO

A Rede Integração, atualmente conhecida também como TV Integração, é uma rede de televisão afiliada à Rede Globo e que abrange grande parte dos municípios do interior de Minas Gerais. Foi criada em 1964 – com o nome de TV Triângulo - por Tubal de Siqueira Silva, filho do ex-prefeito de Uberlândia Tubal Vilela da Silva. Em 1971, filiou-se à Rede Globo, sendo a pioneira no sistema de afiliadas, que se tornou tão característico na radiodifusão brasileira dos dias atuais. A rede é composta pelas empresas Rádio e Televisão de Uberlândia LTDA, TV União de Minas LTDA, TV Ideal LTDA e TV Juiz de Fora LTDA, dando cobertura para mais de 250 cidades mineiras.

4.) FAMÍLIA COSTA

Em operação há cerca de 30 anos, a Rádio Sucesso FM 101.7 de Barbacena foi o foco de grande polêmica no ano de 2005, quando o ex-presidente Lula nomeou o jornalista e senador Hélio Costa para a pasta do Ministério das Comunicações. A polêmica se deu porque Costa era conhecidamente fundador da Rádio Sucesso em



Barbacena e foi nomeado para ser Ministro das Comunicações ainda com o seu nome constando como um dos acionistas da empresa. Além disso, Costa já exercia mandato político desde 1987 como deputado federal por Minas Gerais, bem como outro mandato iniciado em 1999 e também uma cadeira no Senado Federal assumida em 2003, a qual deixou para assumir o Ministério em julho de 2005. Costa só veio a abdicar de seu controle acionário sobre a Rádio Sucesso de Barbacena em abril de 2006, nove meses depois de assumir o cargo de Ministro.

Isso não significou, porém, que o seu relacionamento com o veículo de comunicação tenha se encerrado: o seu irmão, José Calixto da Costa Filho, é dono das outorgas da Rádio Sucesso até hoje, mais de dez anos depois da chegada de Hélio Costa ao Ministério das Comunicações do governo Lula. Mesmo comandando o braço do Governo Federal sobre as comunicações no país, Costa fez declarações pouco éticas sobre a sua posse sobre as outorgas que possuía: chegou a utilizar o jargão popular "Cada cabeça uma sentença" para corroborar com a sua justificativa de que agia dentro da legalidade sendo proprietário da Rádio, uma vez que não exercia cargo de administrativo ou diretor, sem atuar sobre o conteúdo veiculado. Demonstrou, dessa maneira, que mesmo como Ministro das Comunicações, pouco importava-se com a mídia livre e democrática e o quanto desejava manter as influências sobre a região de Barbacena com a Rádio Sucesso, hoje sob a tutela de seu irmão e, conseqüentemente, do próprio Hélio Costa.

5.) FAMÍLIA ANDRADA

A família Andrada é bastante conhecida pelo estado de Minas Gerais, fazendo história pelo país desde os tempos de Dom Pedro I. São mais que dois séculos integrando a política brasileira e o atual nome de destaque no cenário político é o de Bonifácio José de Andrada, que está no seu 9º mandato como deputado federal, figurando na política por mais de 60 anos, chegando a concorrer a vice-presidente da República nas eleições de 1989. O seu nome, assim como o de seu irmão, aparece como um dos sócios da Rádio Correio da Serra, que foi criada em 1962 por seu falecido pai, José Bonifácio Lafayette de Andrada, ex-prefeito de Barbacena. Além disso, possui também uma fundação que leva o nome de seu pai (Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada), da qual possui rádio FM, TV e RTV. Nas últimas eleições ocorridas em 2014 era possível contabilizar quatro candidatos da família Andrada concorrendo a



cargos de deputado federal e estadual, sendo que dois deles conseguiram ser eleitos (Bonifácio Andrada como deputado federal e Lafayette Andrada como deputado estadual). A atual prefeitura de Barbacena é comandada por Antônio Carlos Doorgal de Andrada, também conhecido como Toninho Andrada, tendo seu mandato até 2016.

6.) FAMÍLIA BIAS FORTES

Uma outra família que também exerce grande influência em Minas Gerais, principalmente na cidade de Barbacena, é a Bias Fortes. A tradição política da família vem desde cedo, com Chrispim Jacques Bias Fortes integrando em 1873 o Partido Liberal. No Brasil República, os Bias Fortes passaram a exercer uma maior influência e tiveram aproximação com os Andradas, que também dominavam a política. Essa relação de aliados não durou muito e anos depois as duas famílias passaram a se desentender, tendo uma grande disputa entre si que se reflete até os dias atuais. O nome dos Bias Fortes também aparece na listas de concessões, sendo os responsáveis pela Rádio Barbacena, fundada em 1948 e que atualmente é a Rádio Globo de Barbacena. Assim como os Andrada, possuem muita influência com a mídia local e portanto conseguem obter um controle político da região. Nas eleições de 2014, apenas Danuza Bias Fortes tentou concorrer ao cargo de deputada estadual, mas não obteve votos suficientes para ser eleita. Vale salientar que Danuza é a ex-prefeita de Barbacena, figurando na política desde 1996.

Considerações Finais

A complexidade do caso mineiro exige a ampliação do estudo. No entanto, através da análise de dados dos quatro municípios selecionados aponta para relação de proximidade entre as famílias governamentais e os meios de comunicação. Outro dado determinante é a concentração de propriedade de jornais, rádios, tv nas mãos de uma mesma família e também a ascensão.

Os grupos que atuam nas cidades analisadas confirmam a hipótese de que o fenômeno do Coronelismo Eletrônico não é exclusividade das regiões mais atrasadas do país. A significativa concentração dos meios de comunicação como propriedade de famílias tradicionais na política local reforçam a noção de que no sistema de coronelismo eletrônico a propriedade dos meios ocupa o espaço de poder que



anteriormente se traduzia na posse de terra. Reforçamos que há, assim, um indicativo importante sobre a modernização do coronelismo.

Conforme defendem Santos e Stevanim, através da análise da estrutura de negócios dos políticos radiodifusores, mesmo que não mais dependentes do setor rural, embora ainda conectados a eles, tais grupos tendem a expandir seus negócios para a economia da cultura, do conhecimento e da comunicação (2012). Assim, para além disso, a propriedade de concessões de radiodifusão são fundamentais na consolidação do capital social em torno de sua imagem.

Minas Gerais também é cenário da ascensão política de Hélio Costa, jornalista mineiro que se tornou deputado federal, candidatou-se ao governo estadual (perdendo por uma pequena porcentagem) e mais tarde, na gestão Lula, tornou-se Ministro das Comunicações. Ainda assim, possui familiar com concessão de rádio no estado mineiro.

No município de Barbacena, por exemplo, há uma rivalidade presente desde os tempos da República do café com leite entre as famílias Andrada e Bias Forte, geralmente em um determinado mandato, uma assumia o governo, enquanto no mandato seguinte era governado pela oposta. Essa bipolaridade governamental e ideológica se propagou durante muito tempo na cidade de Barbacena e até hoje está presente.

Prova disso é que a prefeitura de Barbacena foi conquistada por um Andrada recentemente, cuja família é dona da tradicional Rádio Correio da Serra, enquanto a Bias Forte é dona da Rádio Globo de Barbacena e teve Danuza Bias Fortes como candidata a deputada federal nas últimas eleições, sendo ela também ex-prefeita do município.

Dessa forma, podemos notar que o coronelismo eletrônico em Minas Gerais em alguns casos advém diretamente do passado coronelista/patriarcal de alguns municípios e que a sua perpetuação se verifica através de concessões de radiodifusão entre clãs familiares e aliados políticos.

Referências Bibliográficas

AMERICANO, Alvaro E. Trigueiro et al. A História do Rádio em Juiz de Fora, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/a-historia-do-radio-em-juiz-de-fora>>. Acesso em 30 abr. 2015.



ANATEL. **Superintendência de serviços de comunicação de massa.** Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consulta/default.asp?SISQSmodulo=2604>>. Acesso em 11 mar. 2015.

CAETANO, Raquel D. G. Sigaud. **Barbacena: a cidade e o jogo político nas páginas dos jornais.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LINS, Flávio; BRANDÃO, Cristina; MAIA, Aline S. Corrêa. Itacolomi – Uma TV para Minas Gerais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 16., 2011, São Paulo. **Anais...** Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0456-1.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2015.

MENDES, Margareth Maria. A história da implantação da TV em uma cidade interiorana: memórias de um homem apaixonado pela tecnologia. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais...** Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20historia%20da%20implantacao%20da%20TV%20em%20uma%20cidade.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2015.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Dados do setor de radiodifusão.** out. 2014. Disponível em <<http://www.mc.gov.br/dados-do-setora>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

PRATA, Nair. A história do rádio em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003, p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_prata_2.pdf>. Acesso em 30 abr. 2015.

SANTOS, Suzy; STEVANIM, Luiz Felipe. Porteira, radiodifusão, universidade etc... os negócios do coronelismo eletrônico em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, v. 1, p. 1-16, 2012.



SANTOS, Suzy. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras. **E-Compós**: Revista da Associação Nacional dos Programas de PósGraduação em Comunicação, Brasília, vol. 7, p. 1-27, dez. 2006, dossiê temático Economia Política da Comunicação. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/104/103>>. Acesso em: 1. abr. 2015.

_____. **Relações incestuosas**: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais. In: João Freire Filho; Micael Herschmann. (Org.). *Novos rumos da cultura da mídia: indústrias, produtos, audiências*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, v. 1, p. 121-142.